

A revolta de Manufahi de 1911-1912: testemunhos e a imprensa diária da época

Lúcio Sousa

«Queremos matar todos os portugueses, comandante português castiga muito, queremos antes comandante hollandez, dá-nos tudo, não nos manda trabalhar»¹.

Iniciamos este artigo com o único testemunho, a única voz «indígena», «gentia», «timor(ense)», na imprensa portuguesa sobre a revolta de Manufahi. Trata-se de uma frase atribuída a António da Silva, filho de D. Paulo Cal, Regulo de Mahsulo (*sic*)², e que terá sido proferida aquando de um ataque a uma fazenda. A frase, transcrita numa carta proveniente de Timor, terá sido escutada por um trabalhador negro que a relatou ao redator.

A revolta de Manufahi³, ou a guerra de Manufahi, como é descrita igualmente por Belo (2012), foi a última grande sublevação contra o domínio português em Timor. Todavia, não há fontes timorenses coevas que expliquem os seus objetivos e o que se sabe sobre os homens e mulheres que a empreenderam e as suas motivações residem nas explicações-interpretações dadas pelas autoridades coloniais portuguesas.

Na imprensa portuguesa da época as fontes de informação sobre a revolta, ou que a discutem, são várias, prevalecendo as oficiais: o Ministério das Colónias; o governador do território, em contato com o Ministério das Colónias (através dos seus telegramas, reproduzidos na imprensa); os deputados com interesses em Timor,

(1) *A Capital*, 15.02.1912, p. 2.

(2) Belo (2012) recenseia o reino de Mauhubo, da região de Hatolia, sob domínio de Maubara desde 1891. D. Paulo terá sido eleito em 1896. O reino perdeu importância após a guerra de Manufahi. Todavia, nas décadas de 30 e 40 o régulo era António da Silva, que faleceu em 1946 (Belo, 2012, 132-133). Será o mesmo?

(3) Em 1895 já se tinha registado uma revolta neste mesmo reino, comandada por D. Duarte, pai de D. Boaventura da Costa (Péllisier. 2007, 226).

e particulares, em Portugal e Timor, que fazem chegar, pública ou anonimamente, descrições dos eventos, apelos, opiniões e acusações⁴. A imprensa⁵, um dos principais meios de divulgação e saber popular sobre as colónias (Martins, 2012), procurou igualmente obter depoimentos de pessoas com conhecimento pessoal do território ou da revolta. Esta envolvimento pessoal permite observar a produção do discurso colonial na articulação entre a implicação pessoal e a relação colonial. A imprensa e o discurso que produz, ainda que distante do território, faz parte do processo de inclusão e parasitismo mútuo que caracteriza as relações coloniais portuguesas em Timor (Roque, 2010).

Neste contexto, este artigo pretende analisar a revolta abordando, de forma exploratória, os depoimentos que espelham «impressões *in visu*»⁶, antes, durante e depois do eclodir do conflito, sobre o «outro(s)» timorense(s), na dupla condição de revoltado e aliado – facto que, como iremos ver, é por norma omissivo. De facto, a análise das causas da revolta é na imprensa um reflexo de outros conflitos: os antagonismos políticos e interesses económicos ultramarinos, pessoais e nacionais, e a oportunidade de afirmação de um regime nascente, a República, tanto interna como externamente.

O estudo da imprensa enquanto fonte de informação sobre a revolta de Manufahi carece de maior aprofundamento e implicará uma maior articulação com as fontes publicadas sobre o tema. Esta é uma contribuição exploratória, sendo passível de ser aprofundada futuramente com recurso a outras fontes arquivísticas, públicas e privadas, portuguesas, australianas, holandesas e macaenses, e igualmente «*in situ*», no domínio de um plano de estudos de história oral em Timor-Leste, nas reminiscências e memórias desta guerra.

Uma «repressão exemplar» na «memória» do «povo timorez»

O início formal da revolta associa-se ao dia 24 de dezembro de 1911, domingo, data em que ocorre o ataque ao posto de Same⁷ e o representante do Estado português, o primeiro-tenente Luiz Alvares da Silva, é morto e decapitado (Pélissier,

(4) Uma interessante crítica a estes factos encontra-se na obra de Gonçalo Pimenta de Castro, que se encontrava em Timor em 1912.

(5) Foram trabalhados três diários: *A Capital*, *O Diário de Notícias* e *O Século*. Agradeço a Vicente Paulino a colaboração na pesquisa do *Diário de Notícias* e *O Século* na Biblioteca Nacional de Portugal.

(6) Expressão empregue na entrevista a Gago Coutinho n' *A Capital*, 6.08.1912, p. 1.

(7) Same situa-se na contracosta da ilha a cerca de 81 km de Díli. Atualmente é a sede do distrito de Manufahi.

2007: 373). Um episódio que se torna simbólico: pela morte, e decapitação, do oficial e pelo destino da sua esposa e filho.

Um ano após terminar a revolta, António Leite de Magalhães⁸ afirmava no jornal *O Século* de 29 de setembro de 1913, que a «repressão» desta «insurreição sem precedentes» foi de «tal maneira exemplar que nunca mais se apagará da memória do povo timorez, um (...) povo de curiosa e complicada etnografia». Quando questionado sobre se a colónia está em «sossego», responde:

– Absoluto. Se a revolta chegou ao ponto de nos deixar quasi apertados em Dilly, na lugubre expectativa de uma chacina sem precedentes na história, a repressão, por seu turno, foi de tal maneira exemplar que nunca mais se apagará da memória do povo timorez. Foi positivamente a maior e a mais áspera das campanhas da nossa pátria, como poderá ser testemunhado por alguns oficiais que tomaram parte nos feitos brilhantes de 1895 contra Gungunhana e que agora assistiram às operações de Timor⁹.

Num artigo que pretende demonstrar, apesar da «insurreição», a vitalidade da economia da colónia e a capacidade do «indígena» em pagar mais impostos, que deverão ser entendidos como uma forma de fomento, o autor profere uma afirmação que revela a determinação reativa das autoridades coloniais em dominarem a revolta e, ao mesmo tempo, na forma como esta foi executada, a resolução em impedir a sua repetição. A sua comparação com a campanha de 1895 contra Gungunhana, em Moçambique, torna-a inteligível ao grande público e inscreve-a na gesta colonial portuguesa¹⁰.

A repercussão da repressão, directa e indirectamente, pelo território não pode deixar de ser considerada tendo em conta a participação que nela tiveram os timorenses, amigos e inimigos. O facto do governador vitorioso, Filomeno da Câmara, não se ter coibido de participar, após a conclusão dos combates, na dança de cabeças, o *loro sae*, efetuado em Díli pelos arraiais aliados do governo (Duavre, 1930), é tanto uma concessão aos coligados indígenas, manifestando uma postura «parasitária» (Roque, 2010), quanto uma estratégia concorrente com o ideário expresso por António Leite de Magalhães, inscrevendo e incorporando na sua pessoa o temor

(8) António Leite de Magalhães permanecia há vários anos em Timor. Posteriormente, regressou a Portugal, onde seria eleito deputado e ainda governador da Guiné (1927-1931). Escreveu vários trabalhos sobre etnografia colonial, nomeadamente sobre Timor, e esteve envolvido na polémica sobre os crânios de origem timorense do Museu de Coimbra (Roque, 2008).

(9) *O Século*, 29.09.1913, p. 6.

(10) Resta saber até que ponto ela se tornou igualmente um modelo de prática. Pélissier (2007: 377) refere que a repressão da revolta fará escola e antecede outras repressões e massacres coloniais.

reverencial que, como veremos no último testemunho, é uma condição essencial de cada governador instaurar.

O compromisso de António Leite de Magalhães encerra um legado que persiste no tempo: a memória da revolta e da sua repressão não se apagou e permanece viva em Timor-Leste, quer no quadro de uma história oral que urge explorar¹¹, quer como fonte de apropriação e legitimação histórico-política nacional no discurso edificador do Estado-Nação. Araújo (1977) categoriza conceptualmente a guerra de Manufahi como pertencendo à fase final das «guerras independentistas». A ligação ao espólio simbólico desta guerra «independentista», e «anticolonialista» está bem presente na foto de grupo que membros da ASDT/FRETILIN tiraram em 1974 com a «ex-rainha de Manuphai, viúva de D. Boaventura».

Está por fazer uma história da influência deste rei timorense no período da resistência¹². Todavia, a sua figura reemerge no processo de rememoração contemporâneo do novo Estado timorense. A figura de D. Boaventura da Costa, o «régulo Manufahi», o «cabecilha da rebelião», para usar os termos de António Leite de Magalhães, tornou-se um importante símbolo e adquiriu uma dimensão nacional. A aura de mistério que envolve o seu destino final adiciona a este herói timorense mais uma dimensão sobrenatural, tão característica e recorrente na atualidade¹³. O seu reconhecimento pelo Estado é manifestado pelo facto de, em 2007, ter sido criada, no quadro das categorias honoríficas timorenses, a Ordem de Dom Boaventura, atribuída aos Combatentes Fundadores do Movimento de Libertação Nacional¹⁴. Recentemente, em 2012, no quadro de uma comemoração que teve como propósito celebrar os 100 anos desta revolta, foi erigida em Same uma estátua, no âmbito de um processo

(11) No domínio etnográfico como referente operatório classificatório de oposições consideradas antagónicas, entre seguidores de D. Boaventura, cuja continuidade se verifica na luta contra os poderes coloniais, e os seguidores de D. Aleixo Corte Real, associados com a presença e continuidade dos portugueses.

(12) Em 2001, período em que me encontrava em Timor-Leste como docente, um membro da resistência com quem dialogava associava a luta contra os indonésios como corolário da luta de D. Boaventura, em cuja herança se perfilhava.

(13) Em 2012 um dos monitores da prisão de Aipelo comentou o facto de este ter sido dali resgatado por timorenses de Este. Outra ideia que subsiste é a de que o seu corpo se encontra sob a entrada do cemitério de Santa Cruz, em Díli.

(14) Em 2007 esta Ordem foi atribuída pelo Presidente a três combatentes fundadores do Movimento de Libertação Nacional que promoveram, organizaram e lideraram a resistência, entre 15 de agosto de 1975 e 31 de maio de 1976: a. Condecoração especial a Nicolau dos Reis Lobato «Tafui», Presidente da República de julho de 1977 até à sua morte em combate a 31 de dezembro de 1978; b. José Manuel Ramos Horta; c. Mari Bin Amude Alkatiri. Fonte: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=477>

cerimonial que envolveu uma «cerimónia tradicional de reconciliação nacional, denominada “Nahe biti boot”»¹⁵.

A revolta foi um facto igualmente marcante para as autoridades coloniais portuguesas. Foi a última grande campanha militar levada a cabo no território e marcou a pacificação generalizada e a ocupação efetiva. Todavia, o empreendimento não poderia ter sido realizado sem o contributo dos próprios timorenses. Pélissier (2007: 438), no resumo das ações militares portuguesas contra timorenses entre 1908 e 1913, que correspondem fundamentalmente à denominada «Grande revolta de Manufahi e aliados», operações em «Ocussi – Ambeno» e «Perseguição de D. Boaventura em Manufahi», inventaria um total de 15 894 efetivos «portugueses» envolvidos. Destes, 889 são do Exército e Marinha regular, 1005 Moradores e Fundus e, por fim, «+ 14000» inscritos como «auxiliares timorenses». Apesar de ser uma estimativa, os números revelam como as ações militares portuguesas dependeram dos designados «auxiliares timorenses», 88% dos seus efetivos. Se forem considerados os 1005 moradores e *fundus*¹⁶, a percentagem corresponderia, de uma forma aproximada, a 90% dos elementos envolvidos.

Todavia, ao longo do ano de conflito, são escassas as referências na imprensa portuguesa ao papel destas forças indígenas aliadas¹⁷. Somente no final da guerra este reconhecimento adquire maior relevância: «Mercê da inquebrantável dedicação e energia das forças europeias [*sic*] e indígenas que teem operado em Timor, considera-se terminada a campanha ali realizada, tendo-se os rebeldes defendido no ultimo reduto com fúria notável¹⁸.» Na mesma notícia são listados somente os oficiais e praças louvados de origem europeia. O mesmo ocorre com as listas de baixas, mortos e feridos, em que os nomes dos militares metropolitanos são destacados, enquanto as restantes, mais numerosas, «teem sido todas nos auxiliares e forças de segunda linha»¹⁹.

(15) *Diário de Notícias*, 24.11.2012.

(16) Os *fundus* eram soldados de origem indiana, ex-membros do exército britânico, que desertaram na sequência da revolta de 1857. Pélissier (2007) indica que o seu número era de 40.

(17) No entanto, o *Boletim Oficial da Província de Timor*, que não foi analisado exaustivamente neste artigo, é mais explícito quanto à participação dos arraiais, os seus comandos e elementos. Veja-se, por exemplo: *B.O.P.T.* n.º 32, de 10.08.1912, p. 150.

(18) *O Século*, 25.08.1912, p. 1.

(19) *O Século*, 14.06.1912, p. 1.

Antes da revolta: impressões de um paraíso «dócil» e «susceptível de civilização»

À exceção de uma pequena notícia relativa à delimitação do município de «Dily»²⁰, os jornais diários no primeiro semestre de 1911 nada referem sobre a colónia portuguesa. Como aludia o articulista que apresenta as comunicações de Jayme de Inso na revista *O Ocidente*²¹, o território era um tema cujas «informações eram tanto mais interessantes quanto o que em geral se conhece acerca da nossa colónia de Timor é pouco mais que nada.» (Inso: 1914, 211-212). De facto, embora dediquem usualmente um espaço às colónias, os jornais diários analisados retratam em relação a Timor este «pouco mais que nada», em comparação com outras colónias.

Contudo, a 30 de julho, o distrito vai ser objeto de uma atenção particular n’*O Século* com a entrevista a Sousa Gentil, 1.º tenente da armada e, na altura, capitão dos portos de Timor, que se encontrava em visita a Portugal²². Com o título «A ilha de Timor», o artigo reparte-se por duas colunas na primeira página, ilustradas com três fotos²³. O depoimento espelha uma visão promissora do território, dos seus recursos e potencialidades económicas. Na caracterização do ambiente social que se vivia no território, o entrevistado é questionado: «Os timorenses são insubmissos²⁴?» Sousa Gentil responde perentoriamente:

Não, senhor. Timor tem uma população de, pelo menos, quinhentos mil habitantes susceptível de civilização. É gente dócil e foi sempre cortez e hospitaleira, amando o português que os trate com afabilidade. Manifesta ainda uma certa indolência porque, vivendo num paraizo, quasi não experimenta necessidades. Há ali, como deve saber, boa água, fructos e raízes magnificas para a sua sustentação (...) O povo timorense, tendo

(20) *O Século*, 5.05.1911, p.1

(21) Jayme do Inso, na altura 2.º tenente, participou, a bordo da canhoeira Pátria, nas operações de guerra. Prolífico autor sobre Macau, o seu principal trabalho relativo a Timor é o livro *Timor-1912*, publicado em 1939. No entanto, a anteceder esta publicação proferiu, no rescaldo do seu regresso, quatro conferências na Sociedade de Geografia entre 1913 e 1914. Profusamente ilustrados, os artigos sobre Timor foram publicados em quatro números da revista, analisando não só as operações de guerra como a situação do território e a sua potencialidade.

(22) Sousa Gentil, de nome completo Manuel Paulo de Sousa Gentil, viria a ser governador de Timor entre 1919 e 1921.

(23) Um soldado de 2ª linha; o palácio da comissão municipal de «Liquiça» e o jogo do galo. São as mesmas fotos usadas no artigo «Timor a ignorada», da revista *Ilustração Portuguesa* de 7 de junho de 1909 (n.º 172).

(24) A preocupação com a «insubmissão» manifesta no discurso colonial a consciência da relação instável de dominação existente.

sido há pouco tempo ainda arrancado da guerra que constituiu, durante seculos, a sua predilecção, mostra bastante aptidão para a agricultura, que faz ainda por processos primitivos (...) Em resumo, devo dizer-lhe que ha muito a esperar dos timorenses, como nossos colaboradores, n'uma obra positiva e seria de civilização, e que eles possuem as qualidades indispensáveis para progredirem, sendo, no entanto, preciso que os ensinem e orientem carinhosamente, e façam um recrutamento e uma selecção cuidadosa de funcionários para o ultramar²⁵.

O testemunho de Sousa Gentil acerca da «colaboração» do «povo timorense» e da sua ligação com os portugueses é revelador da relação parasitária que refere Roque (2010), transportando esta para o domínio do afeto e intimidade. A relação assenta num aparente pacto, de cariz simbiótico entre colonizado e colonizador: o estado «dócil» do timorense decorre da postura, que se exige «afável», do português. Docilidade e afabilidade são assim elementos essenciais, ligando intimamente os agentes numa relação de mútuas obrigações. Este facto é relevante no discurso colonial pois, como veremos, a quebra deste pacto de «afabilidade» pela parte portuguesa será invocada, por alguns, como uma das motivações da guerra. A referência à seleção cuidadosa dos funcionários não deixa de ser premonitória, atente às alegações ulteriores à postura de alguns destes no desencadear da revolta, latente, que se avizinha.

Se no plano interno tudo parece estar bem, são as ameaças externas que colocam em causa a estabilidade. Os jornais *O Século* e *A Capital*²⁶ reportam em agosto o incidente de Lakmaras, dando destaque aos três «landins»²⁷ mortos e aos prisioneiros portugueses, assim como à postura do governador holandês do território. O desprestígio das autoridades portuguesas devido a este incidente será apontado como uma das causas da revolta.

A 24 de dezembro de 1911 concretiza-se a revolta com o ataque ao posto de Same. Todavia, nas semanas seguintes, nada emerge nos periódicos portugueses e as poucas notícias alusivas ao território são eminentemente paroquiais. A 28 e 31 de dezembro, o jornal *A Capital* vai publicar uma série de artigos relativos às questões políticas e económicas de Timor, e, em particular, à ação do seu governador, discutidas na Câmara Nacional²⁸, manifestando assim as profundas divergências, desconfianças

(25) *O Século*, 30.07.1911, p. 1.

(26) *O Século*, 13.08.1911, p. 1; 23.11.1911, p. 1. *A Capital*, 21.11.1911, p. 1. Lakmaras situa-se na fronteira entre o Timor Português e o Timor Holandês e o incidente resultou de um ataque de forças holandesas a um posto militar português na fronteira, disputada na sequência dos acordos de 1909.

(27) Soldados africanos oriundos de Moçambique, destacados em Timor.

(28) <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1911m12d27-0006&type=texto>

e tensões políticas existentes então, no primeiro ano de República, assim como os interesses económicos que o território suscitava²⁹.

Particularmente ativo está Júlio Montalvão e Silva, filho do ex-governador José Celestino da Silva³⁰, que refuta, entre outras acusações, a de utilização de «trabalho gratuito de indígenas», alegando inclusive o facto de em 1910 terem sido enviadas da plantação de Fatu Bessi para o seu reino de origem «velhas e creanças que viviam ali desde a guerra de Manufahi (...) vestidas, sustentadas e educadas na escola da citada plantação, recebendo – os que trabalhavam – o respectivo salário»³¹. O nome e a memória da guerra de Manufahi de 1898 reemerge, premonitoriamente, no último dia do ano de 1911, quando já grassava nova revolta³².

«Timor revoltada»: indígenas com «unhas de fora» e a necessidade de «atos de uma política inteligente»

O mês de janeiro de 1912 inicia-se com a polémica com que se encerrou 1911³³, a que se juntam assuntos de governação: a receção no Ministério das Colónias do orçamento do distrito e o projeto de regulamento de trabalho indígena³⁴. Todavia, a 17 de janeiro uma pequena nota dá conta que o governador daquele distrito autónomo comunicara ao Ministério das Colónias que «julgava muito necessária a presença ali de um navio de guerra, devendo por este facto partir para aquela colónia a canhoeira Pátria, que se encontra em Macau»³⁵. A extemporaneidade da notícia,

(29) A República tinha sido instituída a 5 de outubro de 1910, tendo as comemorações do primeiro ano deste novo regime ocorrido em Díli, e foram por alguns apontadas como o momento em que deveria ter tido início a revolta. Entre os testemunhos em análise atente-se o que vai referir Gago Coutinho.

(30) Governador de Timor entre 1894 e 1908. Foram anos marcados pela ocupação efetiva de território no interior e a implementação de comandos militares no território.

(31) *A Capital*, 31.12.1911, p. 3.

(32) Este debate, que vai opor os defensores de Celestino da Silva e de Filomeno da Câmara, vai ter em Júlio Montalvão e Paiva Gomes os principais interlocutores, com inúmeras cartas públicas trocadas na imprensa. Júlio Montalvão publica ainda em 1912 o livro *Misérias Humanas. Uma Campanha Odienta: O que é o Capitão Médico e Deputado da Nação Paiva Gomes? O que valem as suas acusações?*, Lisboa, 1912, 23 pp.

(33) *A Capital*, 6.01.1912, p. 3. Um assinante d' *A Capital* acusa o governador de comportamento «anti-democrático», favorecendo interesses instalados. *A Capital*, 8.01.1912, p. 3: contestação de Júlio Celestino de Montalvão e Silva ao conteúdo do artigo de dia 6.

(34) *O Século*, 7.01.1912, p. 2 e *A Capital*, 8.01.1912, p. 3.

(35) *O Século*, 17.01.1912, p. 4.

sem qualquer explicação adicional, não faz transparecer que esteja em curso a «insurreição sem precedentes» descrita por António Leite Magalhães.

A primeira semana do mês de fevereiro segue o mesmo pendor. *O Século* refere Timor nas estatísticas coloniais de 1910 enquanto o *Diário de Notícias* sobre a mesma matéria indica, no mesmo dia, que «Timor pode hoje dizer-se que é uma das nossas mais ricas colónias que se recomenda pelos seus produtos e grande comércio e que sem dar despesas á metrópole, pelo contrário, dá importantes lucros para o estado»³⁶. A 7 de fevereiro, *O Século* anota os trabalhos em curso da pauta aduaneira de Timor e a 8 informa que estão no bom caminho as negociações para o estabelecimento de ligação marítima entre Lisboa e Timor, tema que também é tratado pelo *Diário de Notícias* do mesmo dia.

A 14 de fevereiro o vespertino *A Capital* expõe por fim a revolta³⁷. Edmundo Porto³⁸ redige a notícia com título e subtítulo que ocupa parte da 1ª página: «Timor revoltada. Um tenente, tres praças e um funcionario de obras públicas assassinados pelos indígenas, que incendiaram o comando de Manufai, apoderando-se de vario armamento e de munições. Dilly em estado de sitio». O articulista indica as fontes através das quais obteve a notícia: particulares e cartas provenientes da colónia. A principal fonte de informação é o «Dr. Montalvão³⁹», que recebeu de Díli telegramas, um dos quais em Tétum, alegadamente para a mensagem não ser intercetada, e três cartas que disponibiliza ao repórter. A primeira missiva, inclusa na notícia, data de 28 de dezembro. Os primeiros parágrafos resumem a situação de revolta generalizada do território:

(36) *O Século*, 2.02.1912, p. 2 e *Diário de Notícias*, 2.02.1912, p. 1.

(37) Todavia, a revolta foi reconhecida na Câmara dos Deputados na sessão do dia 9 de fevereiro «Efectivamente, houve em Timor uma revolta de indígenas, ficando morto um tenente e feridos vários outros militares. (...) É claro que êste caso é profundamente lamentável para todos nós, tendo sido, imediatamente, tomadas providências para se restabelecer a ordem. Foi mandada seguir para ali uma canhoneira que estava em Macau, com as forças que o governador de Timor pediu; no entanto, não me parece que êsse facto ponha em perigo aquela nossa colónia. Trata-se, pois, *duma revolta de indígenas, que será sufocada, como tantas outras, lamentando o Govêrno que ela tivesse dado lugar à perda de soldados nossos.*» [sublinhado nosso]. Resposta do Presidente do Ministério, Augusto de Vasconcelos a uma interpelação. Actas da Câmara dos Deputados de 9 de fevereiro de 1912, acessível: <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1912m02d09-0007&type=texto&q=timor&sm=p>

O teor da resposta e o tempo verbal empregue parece dar a entender que a revolta terá sido, num primeiro momento, considerada como delimitada e controlada.

(38) Este é um dos poucos artigos com autor identificado. De facto, com a exceção das missivas pessoais, os restantes artigos não têm a autoria definida.

(39) Tratar-se-á de Júlio Montalvão da Silva.

Isto por cá está mal, muito mal mesmo: os indígenas parece quererem deitar as unhas de fóra. Há dias, os de Raiméa revoltaram-se, descendo ao Suae. A gente da praia, com medo, fugiu toda para bordo do Dilly. Os indígenas espatifaram tudo, roubando aos chinas, no comando militar e nas minas de petróleo, quanto ali havia. Partiram todas as maquinas pequenas e ás grandes roubaram o que puderam tirar, parafusos, argolas, etc. Tanto comestíveis, como lipas, tudo roubaram. (...)

No dia de Natal chegou aqui a notícia de que o tenente Silva e mais quatro europeus tinham sido mortos em Manufai. Infelizmente esta notícia está confirmada. O tenente Silva foi morto com um tiro, quando de manhã saia do banho, cortando-lhe os indígenas a cabeça e levando-a com eles.

Foram também mortos um sargento, um cabo, um soldado e o apontador Vicente (...). A esposa do tenente Silva foi levada para a casa do régulo D. Boaventura, que depois a conduziu até à baliza de Maubisse, onde a deixou com o filho, descalça, tendo apenas vestida uma lipa e a cabaia; o resto foi-lhe tudo roubado.

Dizem também que os revoltosos incendiaram a casa do comando e as dependências. (...) Consta que o Suro também já está revoltado e que em Lautem as coisas corriam mal⁴⁰.

A carta enquadra os movimentos dos revoltosos nos incidentes ocorridos entre os meses de novembro e dezembro na região fronteira da costa sul. É neste quadro mais vasto que é referido o ataque de Same e a morte do tenente Silva, o envolvimento do régulo D. Boaventura e o destino da esposa do militar morto.

No dia seguinte, a 15 de fevereiro, o tema será objeto de três notícias na edição de *A Capital*, ocupando parte da primeira página e da segunda. O debate ocorrido no Congresso Nacional e a suspeita dos interesses holandeses em fomentar a revolta são as principais linhas das notícias. *A Capital* apresenta nova carta proveniente de Timor, datada de 5 de janeiro, que ilustra bem o temor e desconfiança que se vivia em Díli:

O que é necessário, o que é urgente é que o governo mande forças o mais breve possível, forças que nos garantam o socego e evitem maiores prejuízos do que aquelles que já se soffreram e a devastação das plantações e colheitas do próximo anno. É preciso que essa gente se mexa e que não imagine que isto é brincadeira. Deixem por muito tempo fomentar a revolta e verão então o que lhes sucede; ficamos sem esta colonia, com perda talvez d'umas dezenas de cabeças. (...)⁴¹

Somente no dia 15 *O Século* se refere à revolta, seguindo a fonte ministerial que confirma a morte de um major reformado, Mascarenhas Inglês, e reproduzindo

(40) *A Capital*, 14.02.1912, p. 1.

(41) *A Capital*, 15.02.1912, p. 1.

extratos da carta apresentada por *A Capital* no dia anterior. A 16, refere a confiança do ministro das colónias em que as forças que se encontram na colónia serão suficientes para controlar a revolta⁴².

Depois do ímpeto inicial de *A Capital é O Século* que aprofunda a matéria investigando as causas da revolta. Para o efeito, publica a 18 e 23 de fevereiro uma extensa entrevista com Alfredo da Costa e Andrade, ex-chefe dos serviços agrícolas de Timor⁴³. Interpõem-se nesta entrevista uma extemporânea referência à satisfação holandesa com a delimitação de «Ongoesi» [sic] no dia 18⁴⁴ e, na edição de 19, uma carta de Paiva Gomes⁴⁵, «A propósito de Timor», em que o deputado alega que a revolta se deve à «injusta cobrança dos impostos» e ao «espírito de caserna que os governadores ultramarinos pretendem à viva força implantar nas colónias, subordinando tudo e todos à sua vontade, desprestigiando muitas vezes os régulos e lançando a animosidade nos indígenas, quasi sempre dispostos à sublevação.»

O depoimento de Alfredo Costa e Andrade reparte-se em duas secções. No dia 18 é dada, sobretudo, uma caracterização das condições e oportunidades económicas do território, consideradas ótimas mas subaproveitadas. No dia 23, a entrevista é centrada em aspetos políticos, conforme título: «Em Timor. É indispensável conquistar o indígena com atos de uma política inteligente». Nesta, são analisadas as causas da revolta, sendo enfatizada a implementação do imposto de capitação, que substituiu a *finta*, como tendo agravado a «situação económica do indígena», a instabilidade administrativa, a «ignorância do indígena» e por último, na mesma linha de Paiva Gomes, «o desconhecimento dos usos e costumes indígenas por parte dos funcionários»⁴⁶.

(42) *O Século*, 15.02.1912, p. 2 e 16.02.1912, p. 2.

(43) *O Século*, 18.02.1912, p. 1 e 23.02.1912, p. 2. São poucas as referências bibliográficas sobre Alfredo da Costa e Andrade. Figueiredo (2011) faz alusão à sua estadia no território enquanto «agricultor», enviado em 1904 durante um mês a Java para estudar as práticas agrícolas. Sobre Timor registou-se a sua obra de 1907, “Distrito Autónomo de Timor e Instituto Botânico de Buitenzorg”, Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 13 de maio de 1907, SGL.

(44) *O Século*, 18.02.1912, p. 5.

(45) *O Século*, 19.02.1912, p. 1. António de Paiva Gomes (1878-1939) foi médico e oficial militar, tendo estado destacado em Timor, acerca do qual publicou duas obras: *Timor e Quatorze Anos de Timor* (1909), a última redigida sob o pseudónimo «Zola». <http://213.63.135.171/NR/rdonlyres/9AF52295-B6B6-4960-BF99-8D59A7F218DF/3073/Ant%C3%B3niodePaivaGomes.pdf> consultado a 29.03.2013. <http://hm.centenariorepublica.pt/biografias/206-antonio-de-paiva-gomes.html>

(46) Pélissier (2007: 367-370), sumariando as teorias historiográficas relativas às causas da revolta, e tendo como base essencialmente o relatório do próprio governador da altura, identifica três grandes polos aglutinadores: uma revolta nacionalista, na qual desempenham um papel de relevo os mestiços, uma revolta de *liuriais* descontentes instigados pelo estrangeiro e, por fim,

Esta entrevista compreende uma componente etnográfica que sintetiza o conhecimento colonial da época sobre o território.

A divisão territorial é por Estados, subordinados a um regulo que tem o posto de coronel de 2ª linha, por portaria do governo provincial e ao seu lado figura uma série de provincias administrativas com graduações militares de tenente coronel até cabo. O natural pertence á grande família malaia e é humilde e obediente quando bem tratado, tornando-se no caso contrário vingativo e traiçoeiro. É dotado d'um grande poder imaginativo. Não tem religião própria. Uns dizem-se cristãos, outros budistas; o fundo, porém, da população é o fetichismo. Conserva intactos os preconceitos a que se encontram adstritos os seus antepassados e quanto mais antigos mais os venera. O adivinho (Luli) é para ele um ente superior.

A pratica tradicional tem para o timor a força d'uma instituição, não havendo nada que lh'a faça transgredir. O casamento é um contrato puramente civil.

Imaginativo, fetichista e apegado ao culto dos antepassados, o povo timorense era, como refere Andrade:

um povo na primeira *étape* da civilização, sem amôr ao trabalho, sem a compreensão nítida do que seja uma permuta e cujas necessidades se reduzem a uma lipa (pano com que os indígenas cobrem as partes inferiores do corpo), algumas espigas de milho, um pouco de arroz cozido ou umas raízes de certas árvores⁴⁷.

Na sequência deste exercício de descrição etnológica do «outro», Andrade acusa a política e prática de agentes coloniais:

Pode atribuir-se ao seguinte a sublevação atual: instabilidade da administração e da política indígena; as consequências do imposto de capitação; desconhecimento dos usos e costumes indígenas por parte dos funcionários; o inquérito agrícola pela forma como foi levado a efeito, e ultimamente o desprestígio que sofreram as nossas tropas em escaramuças com as tropas holandezas.

O ex-funcionário termina contudo com uma asserção relativa à noção de justiça:

Não tenho duvida em declarar que as tropas enviadas são mais que suficientes para levantar o prestígio d'aquella colonia, mas é preciso conquistar a simpatia do indígena

uma revolta antifiscal e irracional, motivada por questões económicas, de que se destaca a introdução do imposto de capitação.

(47) *O Século*, 23.02.1912, p. 1.

com atos d'uma política inteligente, porque é um erro supôr-se que o indígena não tem noções de justiça.

A edição de dia 23 de *O Século* tem anexa outro testemunho inédito e enigmático: uma carta assinada por um «Timorense». Na essência, este apoia Paiva Gomes apresentando como as origens próximas da revolta:

- 1.º O desprestígio «perante os indígenas, no glorioso nome português, na idiota questão holandesa». O municiação de indígenas.
- 2.º A cobrança pelo 3º ano do imposto de capitação;
- 3.º Desgosto com a mudança de comandantes militares
- 4.º Filomeno da Câmara ter dado terrenos de indígenas a descendentes de Celestino da Silva⁴⁸.

Critica igualmente o Tenente Luiz Tavares da Silva, comandante de Same: «Muito bom oficial para comando de tropas ou serviços que demandassem energia e atividade, mas péssimo quanto possível para lidar com indígenas, que *mais se aproximam pelas caricias do que pela rispidez.*» [sublinhado nosso] Este «Timorense» parece, pela minúcia da descrição, conhecer atores e território. O uso do epíteto é particularmente interessante porquanto o testemunho não expressa, em nada, a defesa dos naturais do qual reclama o nome, mas tão-somente uma eventual vivência no território, sendo o seu objetivo imiscuir-se na polémica lusitana em curso.

Apesar do fulgor do mês de fevereiro a «rebelião do gentio» vai ter menor atenção em março. O jornal *A Capital* apresenta três notícias⁴⁹ destacando o evoluir dos combates e a morte do missionário Manuel Ferreira, que comandava «forças indígenas fieis a Portugal». A referência a estas forças é das poucas alusões explícitas no decorrer da revolta aos aliados nativos, os arraiais, que lutaram ao lado das forças militares portuguesas.

O Século continua atento ao tema destacando o seu «carácter grave» pelo número de chefes indígenas que tomaram parte na revolta⁵⁰. As causas são de novo dissecadas nas edições de 17 e 18, na qual são feitas por «V.A.» acusações ao governador pelo favorecimento deste na cedência de terrenos a descendentes de Celestino da Silva e solicitando uma sindicância aos processos. Manuel Celestino de Montalvão e Silva, um dos visados, responde a 18⁵¹. No final do mês, *O Século* apresenta uma breve

(48) «A rebelião em Timor. O que a terá determinado?» *O Século*, 23.02.1912, p. 1.

(49) *A Capital*, 12.03.1912, p. 1; 16.03.1912, p. 2 e 17.03.1912, p. 1. A notícia de dia 16 inclui um comentário de Paiva Gomes sobre o missionário e a sua ligação a Celestino da Silva.

(50) *O Século*, 9.03.1912, p. 3.

(51) *O Século*, 17.03.1912, p. 1-2; 18.03.1912, p. 3.

nota biográfica do tenente Luiz Alvarez da Silva, «uma das vítimas da revolta de Timor», com uma breve resenha do seu percurso militar e relações familiares. A nota é ilustrada com uma fotografia do tenente⁵².

O timorense: o amor pela «independência» face ao «domínio de estranhos»

O mês de abril é o período em que os três jornais vão apresentar mais notícias sobre a revolta e, em particular, as suas causas. É também um mês em que emergem informações contrastantes sobre o desenrolar do conflito. Por um lado, são anunciadas as primeiras vitórias que colocam em «debandada o inimigo»⁵³, por outro surge a revelação do alastramento da rebelião a Oecussi⁵⁴. A partida de forças expedicionárias da metrópole está em curso, aventando-se a hipótese do seu comandante substituir o governador. Para além de Timor, surgem notícias de «agitação» noutras colónias, como a Índia⁵⁵. Paralelamente, continua o debate envolvendo adeptos de Celestino da Silva e de Filomeno da Câmara.

A 23, *O Século* publica uma entrevista com Vieira da Rocha, ex-governador interino do território⁵⁶. Na perspectiva de Vieira da Rocha, as medidas tomadas por Celestino da Silva foram essenciais para a colónia. Na entrevista, em que reclama a estadia prolongada como essencial à descrição de um povo, é de particular importância a sua caracterização do «timorense»:

A apreciação das causas próximas e remotas (...) que terão originado a rebelião em Timor, e ainda a sua critica, não são fáceis de fazer porque prendem com a vida íntima de um povo e esta só é dado devassal-a [sic] por completo a quem largos anos e aturado estudo tenha dedicado a tal fim.(...) O timorense, como todos os povos que tiveram vida própria, ama a sua independencia e vê com mal disfarçada submissão o domínio de estranhos: aceita-o porque se reconhece o mais fraco, mas está sempre pronto a procurar a primeira ocasião que lhe restitua a perdida independencia. Além d'isso, aborrece a nossa maneira monótona de trabalhar, trabalhar sempre para produzir mais do que as próprias necessidades e as da família ou do regulo exigem, e isso é coisa que ele não percebe.

(52) *O Século*, 26.03.1912, p. 3.

(53) *O Século*, 19.04.1912, p. 1.

(54) *A Capital*, 19.04.1912, p. 1; *O Século*, 20.04.1912, 1-2.

(55) *Diário de Notícias*, 21.04.1912, p. 1 e 23.04.1912, p. 1; *O Século*, 24.04.1912, p. 1.

(56) Jaime Augusto Vieira da Rocha foi governador interino de Timor em 1908, sucedendo a Celestino da Silva.

Serão estas, porventura, as causas longínquas da sua má vontade contra o domínio de estranhos?

Para além das questões ergológicas recorrentes da época é sobretudo pertinente o reconhecimento da submissão «mal disfarçada», assim como o desejo de independência.

A entrevista de Vieira da Rocha terá contraditório de Paiva Gomes, num artigo ilustrado por fotos de Timor e em que são afloradas, entre outras, a famosa questão da loja maçónica de Díli⁵⁷. Em Lisboa ultimam-se os preparativos para o envio de forças expedicionárias metropolitanas⁵⁸ e o parlamento aprova 200 contos para o seu transporte⁵⁹.

É neste contexto, falando das tropas portuguesas, que surge um dos poucos artigos que descreve, o «inimigo destemido»⁶⁰. Recenseados os reinos revoltados: «Kussi» (Oecussi); Ermera, Dotic, Ailor, Remechin, parte de Biqueque, Allas, Bobonaro, parte de Deribate, Atsabe e outros, em que inclui Manufai», são descritas as condições e o carácter do «inimigo», começando por ser descrito o seu líder, «o régulo Boaventura»:

Um dos mais prestigiados chefes indígenas, cuja educação foi feita nas missões, falando e escrevendo correctamente o português. Este reino, como de resto toda a ilha, é montanhoso, e cortado por medonhos desfiladeiros, e ravinas em cujas cavernas, conhecidas por pedras de cailaco, se acoitam em ocasião de guerra os rebeldes, e para onde levam antecipadamente armas, gados e munições suficientes para prolongar indefinidamente a luta, sendo assim só possível vencel-os [*sic*] com o auxílio da artilharia.

O nosso soldado vae encontrar-se em frente d'um inimigo destemido, n'uma luta interminável de guerrilhas, exhaustiva e perigosa. Com efeito, o timorense não é o preto dócil, boçal e estúpido da África⁶¹, antes, pelo contrário, possui qualidades pessoais que o tornam temível.

(57) *O Século*, 25.04.1912, p. 1. Esta loja maçónica, de nome «Oceânia» (Figueiredo. 2004: 521), teria surgido no âmbito de um grupo de portugueses, assimilados, sobretudo funcionários públicos, com relações com os *liurais* (Pélissier. 2007, 397).

(58) *A Capital*, 19.04.1912, p. 1.

(59) *A Capital*, 22.04.1912, p. 2; *Diário de Notícias* 21.04.1912, p. 1 e 23.04.1912, p. 1.

(60) *A Capital*, 20.04.1912, p. 1.

(61) Este discurso racista é revelador do preconceito etnocêntrico existente mas também da hipocrisia colonial. De facto, entre as forças coloniais com um papel de destaque estão presentes várias companhias indígenas de Moçambique, os *landins*, cujo papel crucial na revolta e na miscigenação humana e cultural em Timor-Leste se encontra ainda por fazer. Relativamente à «luta interminável de guerrilhas» não se pode deixar de rever nesta frase uma interessante imagem do que viria a desenrolar-se entre 1975 e 1999.

Descendente de malayos, ou do cruzamento d'estes com outras raças como os chins e os papuas, o timorense é de estatura mean, forte, atarracado, dotado d'um espirito guerreiro e vingativo, irrequieto e turbulento. Quando não se revoltam contra nós entre-têm-se em rixas uns com os outros e, o segredo da nossa administração e do nosso prestigio consistiriam, pois em saber aproveitar essas suas dissensões íntimas (...)

Fetichista e sanguinário, o timorense faz sempre os seus ritos ou estylos antes de partir para o combate; quando volta da guerra, traz as cabeças degoladas dos seus inimigos, e, depois de lhes provar o sangue, defuma-as, dependurando-as em seguida no Lulik, a arvore sagrada que existe em todos os reinos, e onde, há anos foi encontrada a cabeça do major Camara, secretario do governador Celestino da Silva e pae do ilustre caricaturista Leal da Camara.

Os nossos soldados vão, pois, arrostar perigos grandes e defrontar-se com um inimigo temível, com quem é necessário usar-se para se conseguir o triumpho, da maxima prudência aliada á máxima energia e valor.

Aproveitar as «dissensões íntimas» do «timorense» é o «segredo» da economia política da administração colonial portuguesa.

A descrição do «inimigo» não apresenta, como nos testemunhos anteriores, qualquer alusão positiva. O timorense é aqui um mero opositor a derrotar, «sanguinário», marcado por práticas de guerra opostas ao que seria próprio do soldado «português». Uma vez mais é paradoxal o facto de entre as fileiras portuguesas se encontrarem arraiais aliados cujas práticas de guerra são exactamente as mesmas do «inimigo».

O mês de maio é um ponto de viragem nas notícias da revolta. As vitórias consolidam-se e já se aponta o mês de julho como a data de término das operações⁶². A manutenção da canhoeira Pátria até ao final das operações é considerada essencial⁶³. Com as notícias da partida das tropas expedicionárias⁶⁴ são retomadas outras análises, como o equilíbrio do orçamento colonial de Timor⁶⁵ e as relativas à pretensão da Holanda em adquirir Timor⁶⁶. O mês termina com um telegrama do governador a dar conta de «êxitos e vitorias»⁶⁷.

(62) *Diário de Notícias*, 7.05.1912, p.1.

(63) *Diário de Notícias*, 8.05.1912, p.1.

(64) *A Capital*, 1.05.1912, p. 1; *O Século* 2.05.1912, p.1.

(65) *A Capital*, 17.05.1912, p.1.

(66) *Diário de Notícias*, 8.05.1912, p. 1; *A Capital*, 18.05.1912, p. 1.

(67) *O Século*, 24.05.1912, p. 2.

A narração da viúva do tenente Álvares

O Século apresenta a 13 de maio o testemunho mais singular deste ano de revolta: Maria Joana Álvares da Silva, a viúva do tenente Luiz Alvares da Silva, morto a 24 de dezembro em Same. A entrevista, redigida por um jornalista não identificado, é intitulada «A Revolta de Timor – A Viúva do tenente Alvares narra ao “Século” a sua fuga do reino de Manufai». O texto intercala o discurso directo e o discurso indirecto, na qual o redator elabora os temas abordados, fazendo do episódio um panfleto em prosa sobre a gesta colonizadora portuguesa, comparando-o a uma odisseia lusíada.

É um depoimento marcado pela emoção e silêncios associados ao recordar do evento. A singularidade do testemunho é reconhecida pela própria quando alega que é, num aspeto crucial que analisaremos, «a única testemunha dos acontecimentos de Manufai (...) porque todos os indivíduos fieis que viviam no referido reino foram trucidados...»⁶⁸. A entrevista divide-se em três partes. Na primeira, é descrito o ataque ao comando militar; na segunda, o percurso de fuga até Maubisse e, por fim, na última parte, as causas da revolta.

O ataque à casa do comando é um momento crucial. A entrevistada refere que o ataque ocorreu de madrugada e que ambos se encontravam deitados. Foi o «vozear estranho que espalhava pela montanha gritos ameaçadores de revolta» que fez com que o marido se levantasse e dirigisse para fora do quarto. Terá ainda ouvido o seu marido dar ordens de «– Fogo!» mas que «os soldados não o atendem». A casa é invadida e o filho, de 18 meses, é «arrancado» dela por um dos revoltosos. Ela é levada para a rua, para onde é transportado igualmente o corpo do marido (não referindo em qualquer momento que a este tenha sido cortada a cabeça). Nesta fase da entrevista o redator refere que a entrevistada irrompeu em lágrimas e o texto seguinte é já seu. A viúva terá solicitado o filho ao régulo. Este só a meio da manhã se deslocou ao recinto onde, como refere o redator, a entrevistada,

lavada em lágrimas, de joelhos a seus pés suplicou, rogou e pediu que lhe restituíssem o filho, já que não podiam restituir-lhe o marido, tão barbaramente assassinado. Na alma selvagem d’este rei de fancaria cujos vassallos, refratarios á civilização, teem na mais insignificante conta o seu cetro e o seu poderio, floriu uma restea clara de piedade. E horas depois o filho da sra. Maria Joana Silva é lhe restituído, ao mesmo tempo que lhe era concedida autorização para seguir para Maubisse, comando subordinado ao de Sileo.

(68) *O Século*, 13.05.1912, p. 5.

Após recuperar algumas roupas e ajudada por um «timorense que falava corretamente o português», inicia a sua caminhada para Maubisse, descrevendo as dificuldades do percurso, o medo que a assolava de um ataque e a fome. A jornada desse primeiro dia terminaria numa palhota que serviria de abrigo aos «indígenas» na pernoita das suas viagens. Nesta altura, o guia abandonou-a, alegando que estava a ser ameaçado de morte por outros timorenses.

Durante a noite consegui, porem, perceber que o rancho de pretos se dirigia para Maubisse. Resolvi por isso segui-los (...) Porém, os indígenas deram pelo meu estratagema e, separando-se, tomou cada qual por sua vereda diferente, deixando-me inteiramente isolada no mato alto, hostil e misterioso...

Por fim, após várias «horas de desespero», surgem «dois pretos que transportavam para Manufahi dois sacos de cacau. A minha presença n'aquele lugar ermo, os meus rogos e as minhas suplicas tiveram o condão de os comover, retrocedendo ambos para me guiar». Levada até uma nova «estação de repouso» junto a um ribeiro que separa Manufahi de Maubisse, dali enviou por um dos guias recado ao régulo de Maubisse.

E o socorro que tão necessário me era não se fez esperar. O regulo enviou-me imediatamente a sua cadeirinha, que me transportou á sua palhota, onde, após 48 horas de trabalhos, de angustias, de martirios de toda a ordem e torturas que parecerão imaginárias a quem nunca sofreu, consegui comer pela primeira vez.

No dia seguinte, na manhã de 26, o sargento comandante do posto militar de Maubisse leva-a para sua casa, de onde irá para Díli e, por fim, a 8 de março embarca para Lisboa.

A última secção da entrevista é relativa às causas da revolta. À questão: «E quaes foram as causas da revolta?», responde:

– Não é fácil responder a semelhante pergunta (...) O que sei é que após o gentio de Manufai se revoltaram, também os de Maubisse e outros. Isso fez com que recolhêssemos mais depressa, eu e a família do comandante militar de Sileo, a Dilly. A meu marido ouvi, por mais d'uma vez, afirmar que a cobrança do imposto de capitação trazia os indígenas profundamente descontentes, por os obrigar a trabalhar mais do que costumavam. Quando meu marido tomou conta do seu lugar, o referido imposto não estava ainda completamente cobrado. Ora como ele levou essa cobrança até ao fim, o desespero e os ódios que creou em torno de si foram terríveis. Disse-se para aí que a revolta fôra motivada por meu marido esbofetear o regulo de Manufai. Como pode, realmente, saber-se se o regulo foi ou não esbofetado, se a única testemunha dos acontecimentos de Manufai

sou eu e se eu não sei nada a tal respeito? Porque todos os indivíduos fieis que viviam no referido reino foram trucidados... De resto (...) o meu marido e o regulo eram amigos, tendo o ultimo estado em nossa casa a tomar cognac no domingo anterior á revolta⁶⁹. Não, a causa da revolta, que não se limitou a Manufahi, foi outra, que não a tal suposta bofetada. Foi a cobrança do imposto de capitação. Dias antes da insurreição foi a muralha da nossa casa escalada e destruída em parte. Isto quer dizer seguramente que os acontecimentos que se deram foram preparados com larga antecedência. Mas isto são simples suspeições. Não, não posso, não sei dizer mais nada...

A viúva ficou atenta à publicação e ao testemunho dado. A 18 de maio, em carta enviada ao *Século*, solicita a retificação da alusão de que o seu marido teria levado a cobrança do imposto de capitação até ao fim, lembrando, por exemplo, o facto do povo de «Maubesse» nunca a ter pago⁷⁰.

No mês de junho o tema das pretensões da Holanda em relação a Timor continua na ordem do dia⁷¹. *O Século*, a 12, dedica várias notícias sobre a guerra e dá conta do louvor a Júlio Milheiro, ex-comandante da canhoeira Pátria⁷².

A 14 de junho, o discurso político e público, sobre a revolta em Timor altera-se. Enquanto nos meses precedentes a controvérsia se centrou em torno das causas da revolta, tanto internas quanto externas, surge nesta data, simultaneamente n'*O Século* e no *Diário de Notícias*, um novo discurso, de regime, enunciando-se um claro desígnio nacional, de «missão» em curso da administração colonial portuguesa, republicana, contra o governo tradicional timorense:

Cifra-se ela na luta entre a administração portuguesa e o governo discricionário e absoluto dos régulos e chefes indígenas.

A nossa administração, unificando a população indígena, apagando numa certa medida e fazendo esquecer os odios que dividiam os diferentes reinos em que se divide a provincia, pelo regime de paz em que os conge a viver, preparou uma combinação tão vasta que quase se estendeu a toda a ilha.

Assim, por exemplo, se encontram unidos os régulos de Aituto e Manufai, respectivamente filhos do regulo Aituto que ahi por 1895 foi assassinado pelo regulo de Manufai; contra nós se encontram também reunidos os povos de Limeia, do comando de

(69) O dia em causa seria 17 de dezembro de 1912. Será pertinente uma análise da forma como este momento crucial ocorreu contrastando as várias fontes, escritas e orais.

(70) *O Século*, 18.05.1911, p. 2.

(71) *A Capital*, 11-14.06.1912, p.1

(72) *O Século*, 12.06. 1912, p. 2. O capitão-tenente Júlio Milheiro foi substituído pelo capitão-tenente Gago Coutinho, a 17 de abril (Inso. 1936, 90).

Ato-Lia com os do Hato-Motael, do comando de Motael, que mezes antes da revolta estiveram prestes a lançar-se uns contra os outros, o que é claro, a nossa administração evitou.

A determinação é elevada: «Isolado, ou quasi isolado, o regulo Manufai pouco poderá resistir, ou resista o que resistir será submetido com facilidade e aniquilado»⁷³.

O acentuar desta dicotomia assume particular relevância porquanto parece transpor para o palco timorense os argumentos com que a 1ª República procurava estabilizar o seu poder⁷⁴. O *Diário de Notícias*, nesta mesma data, efetua uma recensão dos mortos «portugueses» em combate, sem reconhecer contudo os das tropas auxiliares ou de 2ª linha. Refere o «régulo Manufai», sem o identificar com o seu nome. A 23 de junho, revela que o ministro das colónias recebera um telegrama informando que a 27 de maio o «Cabraque» tinha sido tomado⁷⁵.

O mês de julho é escasso em notícias sobre Timor, o que não será de estranhar considerando o facto de os jornais dedicarem grande parte do seu espaço à nova incursão de Paiva Couceiro e ao contra-ataque das forças da República. Somente o *Diário de Notícias* apresenta duas notícias. A 2, informa que um dos «mais temidos e mais prestigiados régulos de nome Boaventura» escrevera ao governador na condição de os outros chefes se entregarem, com garantia de vida, o que terá sido aceite pelo governador. Todavia, o régulo responderia que só se entregaria após todos os outros o fazerem. O artigo termina com uma linha isolada; «O inimigo ao fugir levava consigo os feridos e os mortos». A 31, o título parece reproduzir alguns títulos de notícias que na altura se faziam em relação ao papel das forças da República nos combates em curso no Norte de Portugal: «Operações em Timor – N'elas se tem evidenciado o valor do nosso soldado» levando à «obediência as tribus revoltadas»⁷⁶.

(73) *Diário de Notícias*, 14.06.1912, p. 1. É interessante constatar o paradoxo deste argumento se se tiver em conta que as forças indígenas aliadas eram igualmente provenientes de outros reinos timorenses, eventualmente liderados por régulos e chefes não menos despóticos.

(74) Enquanto se preparava o contingente que partiria para Timor debatia-se a eminência de uma segunda incursão de Paiva Couceiro, que de facto viria a ocorrer a 6 de julho de 1912. O regime republicano debatia-se, no campo interno e externo, pela sua afirmação e reconhecimento.

(75) *Diário de Notícias*, 23.06.1912, p. 1.

(76) *Diário de Notícias*, 2.07.1912, p. 1 e 31.07.1912, p. 1.

«Dividir para reinar»: Timor a «ferro e fogo» e «depois da revolta»

Em agosto, *A Capital* apresenta as impressões de alguém que participou no teatro de operações: Gago Coutinho⁷⁷, ex-comandante da canhoeira Pátria. A entrevista, dividida em duas edições⁷⁸, tem títulos ilustrativos da ação em curso e das expectativas futuras em torno da colónia. Respetivamente «A ferro e Fogo... Timor em guerra. Algumas impressões pessoais do sr. capitão-tenente Gago Coutinho» e «Depois da revolta. Paz em Timor pôde ser fecunda, se nos resolvermos a cuidar d'essa colónia».

Gago Coutinho reivindica, de início, uma imparcialidade sobre as opiniões que emite alegando que nunca ocupou um cargo na colónia. A primeira parte da entrevista é um exercício sobre a governação de Timor e a forma como a sua ocupação se concretiza, essa dúbia linha parasita de «dividir para reinar», entre temor e temer, transigência e condescendência face aos régulos timorenses, o que explica igualmente a frequência das revoltas:

– Como temos então podido manter ali a nossa soberania?

– Transigindo muito e apoiando-nos artificialmente na propria força dos *timores*: servimo-nos de uns contra os outros, dos do norte contra os do sul, dos de leste contra os de oeste, damos pólvora e armas aos amigos e auctorisamol-os [*sic*] a fazer guerra á sua moda, com saque e sem quartel, cabeças cortadas, búfalos roubados, etc. Era um processo de governo assaz económico, e por isso mesmo agradava tanto em Lisboa. Por isso as rebeliões são inevitáveis. É mesmo de prever que haja ainda outras, a propósito de qualquer bagatela, sempre promovidas pelos régulos a quem a nossa intervenção lesa e a quem por outro lado manifestamos temer, com a autoridade e postos que lhes damos, com as condescendencias que temos para com elles, com a facilidade com que perdoamos as suas revoltas... A ultima rebelião estava para rebentar em outubro passado, aproveitando a presença de muitos chefes e gente do interior em Dilly, para as festas do anniversario da Republica.

Sobre o régulo de «Manufae», o chefe da revolta:

Era elle o chefe da revolta e o futuro governador de Timor independente. Antigo *mission-boy*, dava-se muito com os jesuítas hollandezes de Fialardu, e é possível que n'esse passeio [à região da fronteira nos meses que antecederam a revolta] recebesse dos padres animadoras sugestões...

(77) Esta era a 2ª estadia em Timor de Gago Coutinho. A sua primeira estadia decorreu em 1898-1899, participando nos trabalhos de delimitação da fronteira de Timor (Canas, 2011).

(78) *A Capital*, 6 de Agosto de 1912, p. 1-2; 9 de Agosto de 1912, p. 1-2.

De acordo com Gago Coutinho, estariam preparadas tropas holandesas para invadir Timor, sob influência de jesuítas⁷⁹ que incentivavam esta situação, havendo régulos que teriam pedido bandeiras holandesas. Foi a atitude «energética» de Filomeno da Câmara que limitou a revolta. Todavia, vaticina que mais revoltas ocorrerão após a sua saída, pois «os indígenas farão nova tentativa, para experimentarem o pulso ao novo governador, se este não souber empregar o processo classico de dividir para governar...». Parte do artigo revela ainda pormenores sobre o papel da canhoeira Pátria. Na edição de dia 9, Gago Coutinho explora sobretudo a mais-valia económica do território.

No terreno, o desenrolar dos eventos parece confirmar que esta «revolta de indígenas (...) será sufocada, como tantas outras». O *Diário de Notícias* dá conta das vitórias das «forças da Republica»⁸⁰. Mais discreto, *O Século*, dedica pouca atenção ao facto, dando-lhe notícia somente a 13⁸¹.

Finalmente, a 24 de agosto, surge a notícia, via telegrama, da vitória. *A Capital* é o primeiro jornal a mencioná-la: «A pacificação de Timor. Brilhante victoria das armas portuguezas»⁸², secundado pelo *Diário de Notícias*, que a 25 assinala: «Campanha de Timor. O governador comunica ao governo haverem terminado as operações». *O Século*, a 24, dá atenção inusitada a outras matérias: «Alfandegas colonias. Na de Timor despacha quem quer». Um detalhado exercício de análise feito por um «funcionário que sobre as questões aduaneiras das colonias tantas indicações interessantes tem fornecido ao *Século*». Somente a 25, refere a novidade, em título pouco efusivo: «As operações em Timor».

Nos meses seguintes, as notícias alusivas ao território destacam o restabelecimento da paz. Oportunisticamente, a existência de um elevado número de prisioneiros levou a que surgissem propostas para que estes fossem deslocados para S. Tomé e Príncipe para trabalhar nas plantações⁸³. Em outubro, a canhoeira Pátria é por fim dispensada⁸⁴ e chegam novas forças de Moçambique⁸⁵, enquanto outras estão de regresso a Macau⁸⁶: A reorganização da administração impõe-se e a hipotética venda de Timor é de novo comentada.

(79) Estas afirmações terão que ser contextualizadas tendo em conta as convulsões das relações do Estado português e a Igreja Católica após a implantação da República.

(80) *Diário de Notícias*, 9.08.1912, p. 1 e 21.08.1912, p. 1.

(81) *O Século*, 13.08.1912, p. 1.

(82) *A Capital*, 24.08.1912, p. 1.

(83) *Diário de Notícias*, 03.09.1912,

(84) *Diário de Notícias*, 11.09.1912, p. 1.

(85) *Diário de Notícias*, 17.09. 1912, p. 1.

(86) *Diário de Notícias*, 18.09.1912, p. 1.

Em Outubro, são poucas as notícias. O *Diário de Notícias* reproduz uma carta datada de 14 de agosto enviada ao jornal *Heraldo* de Goa. Nesta carta é referido que os rebeldes sofreram mais de mil baixas no ataque ao reduto final de Leolaco e que o «régulo Boaventura» tinha conseguido fugir «ardilosamente». Na tomada do reduto, a sua mulher e mãe são dadas como mortas. Esperava-se que fosse possível para breve a sua captura, caso este não tivesse fugido para território holandês⁸⁷. A reorganização aduaneira é outro tema tratado⁸⁸.

A 15 de novembro, *O Século* apresenta o último artigo dedicado a Timor: «Em Timor – Pacificada a ilha, o governador trata de fomentar o desenvolvimento da agricultura»⁸⁹. Trata-se de um artigo que se assemelha ao epílogo deste ano de guerra: apologético do governador, que ali se vai manter por mais dois anos, e da transformação do terreno rebelde de Manufahi numa granja do Estado de nome «Republica». O «fomento» impõe-se mesmo nas «Recompensas pelos serviços prestados nas campanhas». As viúvas dos «indígenas que auxiliaram o governo da província na repressão da revolta», assim como os incapacitados devido a ferimentos e objecto de louvores, foram agraciados com «100 côcos para plantio, 200 cacoeiros ou 400 cafezeiros». Nada se diz sobre as consequências da guerra para os outros timorenses, da sorte do chefe rebelde, D. Boaventura, e as estranhas danças de guerra em Díli, com cabeças pontapeadas nas quais se imiscuiu o governador.

Conclusão: «insubmissão», «revolta» e «lidar com os indígenas»

O acervo das notícias da imprensa portuguesa sobre a revolta de Timor em 1912 manifesta de forma clara um discurso laudatório do colonizador. A crítica e debate que se observa quanto às causas da revolta são, sobretudo, decorrentes dos antagonismos políticos e interesses dos agentes coloniais em presença, tanto em Timor quanto em Portugal.

Sobre os timorenses, inimigos ou aliados, a informação é diminuta. O inimigo, e em particular D. Boaventura, são objeto de ápodos que refletem tanto o desdém quanto temor e respeito (sobretudo pela contradição da sua educação portuguesa). Todavia, esta aparente valorização do «outro» é igualmente uma forma de enfatizar a ação dos portugueses. Este aspeto também se observa na forma como são, por norma, omissas as referências em relação ao papel dos elementos aliados locais.

(87) *Diário de Notícias*, 8.10.1912, p. 1.

(88) *Diário de Notícias*, 12.10.1912, p. 1. e 31.10.1912, p. 1.

(89) *O Século*, 15.11.1912, p. 3.

Este facto não será de estranhar. O discurso colonial na imprensa revela o paradoxo de uma relação colonial marcada pela instabilidade, de que a revolta e a consciência da insubmissão estão presentes perante um povo, ou povos, substantivado pela ambivalência da docilidade ou da traição.

Os depoimentos reunidos sobre Timor e a revolta de Manufahi exteriorizam diferentes discursos sobre o evento, os portugueses, os timorenses e a relação colonial que subsiste, em 1912. Cinco homens e uma mulher, em diferentes momentos: antes, durante e depois, expressam opiniões e juízos de valor marcados pela lógica colonial mas também pela sua vivência e relação pessoal com os acontecimentos. Destes, somente três têm uma experiência direta da revolta.

O testemunho de Sousa Gentil, obtido antes da revolta (mas eventualmente com a sua preparação em germinação), é premonitório. A relação simbiótica que estabelece entre portugueses, colonizadores, e timorenses, colonizados, é ilustrativa de um discurso colonial e de um modo de «lidar com os indígenas». O povo colonizado apresenta esta característica aos olhos do colonizador: dócil e hospitaleiro, «ama» o seu colonizador, que tem por missão ensinar e orientar, de forma afável. É ao funcionário colonial que cumpre manter esse equilíbrio homeostático na ação colonizadora, civilizadora.

Alfredo Costa e Andrade descreve os timorenses como humildes e obedientes, quando bem tratados pelo colonizador (a afabilidade a que se refere Sousa Gentil, ou as «carícias» do autor «Timorense»). Todavia, é-lhes imputada esta característica bipolar: quando não são bem tratados podem ser vingativos e traiçoeiros. Tal como Sousa Gentil, é aos funcionários que responsabiliza pelo sucesso da estabilidade da relação. Todavia, é mais concreto ao referir o desconhecimento dos «usos e costumes» por parte dos funcionários como a origem de muitos problemas.

Vieira da Rocha vai para além desta narração bipolar dando a entender os motivos mais profundos em que assenta a relação colonial de subjugação e dominação em que está enredado o «timorense» (e o português). Para além da sua docilidade e humildade, o «timorense» almeja a uma independência, perdida, e tem uma ânsia de liberdade face ao domínio de um estranho que o faz retomar, periodicamente, o caminho da revolta.

Gago Coutinho é pragmático na análise da relação colonial e da manutenção de Timor pelos portugueses: o parasitismo intestino em que estes entretecem as suas relações com os poderes locais de forma a assegurar a discórdia e poder assim manter o seu domínio. O testemunho é claro quanto à eficácia do método, embora reconheça que as posições de força são vacilantes e que cada novo governador tem que superar as suas revoltas.

António Leite de Magalhães não parece acreditar, como Gago Coutinho, que venha a haver lugar a novas revoltas, tão marcante foi a repressão desta.

O testemunho de Maria Joana Álvares da Silva é, no conjunto dos testemunhos analisado, único. O seu testemunho revela sobretudo uma dor pessoal que está omissa dos restantes entrevistados. O seu terror e temor pela sua vida e a do seu filho no decurso da sua fuga de Manufahi são marcantes.

Todavia, o seu discurso permite interessantes pistas, não só sobre a sua condição de mulher e mãe, quanto sobre a ambiguidade com que se relaciona com os timorenses e na qual também estes se encontram. No seu relato reproduzem-se igualmente outras surpresas e temores de outros tantos timorenses, que designa de «pretos». O seu relutante e temeroso guia inicial, os carregadores que encontram pelo caminho, o *liurai* de Maubisse, a quem recorre em primeira instância em busca de ajuda.

É um relato que mostra a ambiguidade do momento e retoma, embora não de forma explícita, a ambivalência com que os timorenses são retratados pelas autoridades coloniais e o paradoxo da impotência com que o colonizador se debate no acerto político dos acordos e desacordos que estabelece no terreno, dividindo para reinar, e procurando manter e justificar a sua ação, face a inimigos/aliados titubeantes. A imprensa da época, pelo que informa e trouxe a debate, mas sobretudo pelo que não transmite, concorre assim na produção de um imaginário colonial «lusu-utópico», descrevendo uma realidade feita à medida de quem escreve a história.